

PT X PSDB: O DEBATE AUSENTE*

João Roberto Lopes Pinto**

A polarização PT X PSDB nestas eleições se concentrou nos temas crescimento, inflação e programas sociais. Embora o peso da agenda social seja aí a novidade, a mesma é tratada como algo dependente da agenda econômica, já que quanto aos chamados fundamentos da política econômica – juros altos, câmbio apreciado, superávit primário, metas de inflação, liberdade comercial e de capitais – ambos os partidos encontram-se comprometidos. Ao mesmo tempo, as melhorias nos indicadores sociais operadas pelos governos petistas, na margem da ortodoxia, parecem estar chegando aos limites impostos pela própria agenda econômica. Como afirmou recentemente Márcio Pochmann, um dos principais economistas do PT, o modelo petista do “ganha-ganha”, em que ganham a base e o pico da pirâmide social, estaria com seus dias contados.

As polarizações seguem, portanto, a lógica do “mais ou menos”, em torno de temas como gestão, corrupção, crescimento, inflação e programas sociais... será que estamos diante de uma tendência ao bipartidarismo inosso e despolitizante entre democratas e republicanos? É contra esta tendência, que parece engolfar uma desorientada intelectualidade brasileira, que se impõe a necessidade de se avançar a partir deste quadro político, mas indo além dele, para expor e incidir sobre os elos que sustentam e aprofundam as desigualdades no País. Eis aí o ponto, que parece ausente, ainda que latente, neste debate polarizado e pobre que protagonizam PT e PSDB.

Se melhorias evidentes foram produzidas em favor da população nos Governos Lula e Dilma, tais melhorias foram feitas sem se mexer, nem sequer arranhar as estruturas responsáveis pela reprodução das desigualdades no país. Alguém poderia dizer, então, que os governos petistas seriam ainda mais perversos, pois emprestariam legitimidade social para o velho modelo concentrador da riqueza. Embora isso seja, em boa medida, verdadeiro é também verdade que as resistências da elite brasileira, de raiz escravocrata, com sua objeção abjeta a quaisquer melhorias para “os de baixo” abrem espaço na sociedade para uma maior politização quanto ao enfrentamento das desigualdades no país – neste particular, chama a atenção a aversão do setor financeiro alinhado à aliança PSDB/PSB, com destaque aí para os Grupo Itaú e Globo, aos ajustes petistas na periferia da ortodoxia econômica.

Mas, afinal, quais seriam estes elos, as tais raízes da desigualdade brasileira? Temos hoje no país uma burguesia monopolista, que articula setor industrial e financeiro, com tensões é certo, mas que se encontra profundamente conectada com a burocracia pública, capturando a maior parte da renda nacional e estendendo seus tentáculos sobre os serviços públicos.

Grupos como Gerdau, Votorantim/Fibra, Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, OAS, Bradesco/Vale, Itaú, BTG Pactual, JBS/Friboi, Brasil Foods, Safra, Globo, Klabin, Jereissati/La Fonte, Feffer/Suzano, Ometto/Cosan/ALL, Steinbruch/CSN, Cassino/Pão de Açúcar são os principais beneficiários de um padrão de desenvolvimento e acumulação, baseado em taxas de juros elevadas, produção centrada em commodities, concentração

fundiária, oligopolização de mercados e ingresso no mercado de infra-estrutura e serviços públicos/sociais (transporte, saneamento, seguro e previdência, educação, saúde, comunicação, abastecimento etc.), elevando os preços das mercadorias e de tarifas no setor de serviços básicos.

As conexões destes grupos com o sistema político vão além do financiamento de campanha, cujo abuso desmedido já ganhou as páginas dos jornais e das redes sociais. Dizem respeito também às participações no capital destas empresas pelas estatais, a exemplo do BNDES e do sistema Eletrobrás, além dos fundos de previdência das estatais: Previ/Vale, Petros/Itaú e Funcef/ALL. Há ainda as participações de representantes do Estado nos conselhos de administração de muitas destas empresas, além dos financiamentos bilionários do BNDES para estes mesmos grupos privados. Ressalte-se, ainda, as pressões e incidência dos agentes de mercado, leiam-se os bancos e fundos de investimento, sobre a política monetária e de juros operadas pelo Banco Central.

As formas mais evidentes de concentração da riqueza a partir deste “modelo brasileiro” estão materializadas na transferência massiva de recursos públicos para os maiores grupos privados, por meio do serviço da dívida pública que consome 40% do orçamento federal, de participações societárias de entes públicos e crédito subsidiado do BNDES em favor destes mesmos grupos; em uma estrutura tributária profundamente regressiva, que penaliza os mais pobres; na persistência secular dos piores índices mundiais de concentração fundiária; na precarização dos sistemas públicos de previdência, saúde e educação; na extração e espoliação da riqueza de territórios urbanos e rurais por megaprojetos destes grupos privados; no recurso à terceirização nas relações de trabalho como forma de redução de custos nas cadeias de produção e serviços destes grandes grupos.

Tais conexões e mesmo a oligopolização da economia não se iniciaram, obviamente, nos Governos Lula e Dilma, mas foram aí mantidas e reforçadas. Na verdade, o atual padrão de acumulação monopolista com suporte estatal se consagra após as privatizações dos anos 90. Sem esquecer aí da entrada dos fundos de pensão das estatais nas redes de propriedade destes grupos privados, implicando no comprometimento da estrutura sindical com tal padrão de acumulação e “desenvolvimento”. Contudo, a melhoria objetiva da vida dos mais pobres nos governos petistas impõe, de um lado, o não retrocesso nas conquistas sociais; e, de outro, o enfrentamento dos mecanismos de concentração da renda, sem o que as tais melhorias servirão à perpetuação da desigualdade.

Importa, pois, avançarmos a reflexão e organização no sentido de mirar e incidir sobre as conexões entre esta oligarquia privada e a burocracia pública, que são as responsáveis por reproduzir um modelo altamente concentrador da riqueza. Novas forças sociais e políticas precisam ser forjadas, para além daquelas que ainda se movem em torno do reformismo “periférico” e “compensatório” do PT. Para tanto, a politização da desigualdade no país deve avançar a partir do trabalho nas universidades, nas escolas, nos bairros, nas fábricas, nos bancos, no campo, nas associações de classe como forma de enfrentar tal desafio da concentração do poder econômico no País.

(*) Agradeço aos valiosos comentários de Luciana Vargas Fraga, professora de geografia e pós-graduada em planejamento urbano pelo IPPUR/UFRJ.

(**) Coordenador do Instituto Mais Democracia e professor da Escola de Ciência Política da UNIRIO.